

Dos limites do neodesenvolvimentismo à ortodoxia neoliberal: o impacto na luta por uma Educação Integral nos Institutos Federais

Manoel José Porto Júnior

Mário Augusto Correia San Segundo

Como citar:

PORTO JÚNIOR, Manoel José; SAN SEGUNDO, Mário Augusto Correia. Dos limites do neodesenvolvimentismo à ortodoxia neoliberal: o impacto na luta por uma Educação Integral nos Institutos Federais. *In*: LIMA FILHO, Domingos Leite; SANTOS, José Deribaldo Gomes dos; NOVAES, Henrique Tahan (org.).

Educação profissional no Brasil do século XXI: políticas, críticas e perspectivas: vol. 2. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023. p. 273-298. DOI: <https://doi.org/10.36311/2023.978-65-5954-344-1.p273-298>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição- NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Capítulo 10

DOS LIMITES DO NEODESENVOLVIMENTISMO À ORTODOXIA NEOLIBERAL: O IMPACTO NA LUTA POR UMA EDUCAÇÃO INTEGRAL NOS INSTITUTOS FEDERAIS

Manoel José Porto Júnior

Mário Augusto Correia San Segundo

RESUMO: Discutimos, neste capítulo, os impactos das alterações no ambiente político e social no campo em disputas da Rede Federal EPCT. O texto baseia-se em diferenças percebidas nas teses desenvolvidas pelos autores, referenciadas no materialismo histórico e dialético, elaboradas em momentos diferentes de correlação de forças da luta de classes. Para tal, analisamos o contexto de criação dos Institutos Federais, quando o país era administrado sob o ideário do neodesenvolvimentismo, que mesmo limitado às condicionantes neoliberais, em sua heterodoxia, permitia avanços contra-hegemônicos. Em seguida, as alterações conjunturais a partir do golpe de 2016 e o avanço de um neoliberalismo ortodoxo, articulado com o neofascismo ascendente e os consequentes retrocessos para a Rede Federal EPCT. Por fim, as perspectivas de resistência.

<https://doi.org/10.36311/2023.978-65-5954-344-1.p273-298>

INTRODUÇÃO

Este capítulo pretende discutir o impacto do ambiente político e social no campo em disputas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal de EPCT). Criada no final de 2008, a partir da transformação dos antigos CEFETs, ETFs, EAFs, Escolas vinculadas às Universidades e Colégio Pedro II em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a Rede Federal de EPCT tem seu papel em muito determinado pelos rumos da condução econômica-política-social do país, ora tendendo para uma perspectiva contra-hegemônica, ora atendendo às expectativas mercadológicas do capital.

Para realizar tal análise crítica, discutiremos o discurso ideológico neodesenvolvimentista, que mesmo cheio de equívocos, impulsionou a criação dos Institutos Federais, permitindo avanços sociais em decorrência das contradições expostas por sua heterodoxia e pela atuação militante dos sujeitos e organizações sociais do entorno dessas instituições.

Em seguida, discutiremos o golpe e o avanço do neoliberalismo mais ortodoxo na condução da economia brasileira, com efeitos nas políticas públicas que diminuiriam a margem de manobra dos lutadores e lutadoras pela transformação social em uma perspectiva emancipatória para a classe trabalhadora.

O passo seguinte será a discussão a respeito das teses de doutoramento dos autores, escritas em momentos diferentes da trajetória dos IFs. Por isso, mesmo buscando utilizar um mesmo método, o materialismo histórico dialético, chegam a posições que poderíamos, ao primeiro olhar, considerar antagônicas. A tese de PORTO JÚNIOR (2014) vislumbra perspectivas contra-hegemônicas em um posicionamento mais otimista em relação aos rumos da Rede Federal de EPCT. Já na tese de SAN SEGUNDO (2021), percebe-se os efeitos do golpe e da escalada macabra do capital sobre os direitos de trabalhadores e trabalhadoras e suas consequências nas disputas no interior dos IFs, dessa forma, trazendo um olhar mais pessimista em relação às possibilidades de transformação social.

Por fim, analisamos o campo em disputa e os principais desafios dos sujeitos que lutam por uma sociedade socialista para resistir à ofensiva

neoliberal e buscar superar as contradições presentes desde a criação da Rede Federal. Consideramos que o avanço do discurso do empreendedorismo individual e competitivista articula-se com uma visão acrítica e fetichizada da tecnologia, que torna opaca a política, submetida à autonomização do mercado (OLIVEIRA, 2003).

Vale salientar que a ideia de realizar esse trabalho surgiu durante a banca de defesa do Mário San Segundo, quando, no bom debate, Manoel Porto Júnior percebia, juntamente com o autor da tese, que o projeto dos Institutos Federais tinha uma ligação muito clara com o discurso anterior, neodesenvolvimentista, ainda nos moldes neoliberais, porém mais heterodoxo e cheio de possibilidades de rupturas. Sendo assim, o que pretendemos verificar é o quanto de continuidades existem entre aquele projeto e o que se constrói agora, tão rapidamente, no interior das instituições, com vistas a superarmos erros analíticos do passado.

A INVENÇÃO DO NEODESENVOLVIMENTISMO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS COMPENSATÓRIAS: AS CONTRADIÇÕES NA ORIGEM DOS INSTITUTOS FEDERAIS

No ano em que Luís Inácio Lula da Silva iniciava seu primeiro mandato, Francisco de Oliveira (2003) relançava a sua *Crítica à Razão Dualista* com o acréscimo de um novo texto: *O ornitorrinco*. Nessa obra, Francisco de Oliveira manifestava seu pessimismo com a possibilidade de um desenvolvimento brasileiro sob o capitalismo. Comparando nossa economia ao animal de evolução truncada, o autor discorre sobre nossa urbanização e declínio do número de trabalhadores no campo e na indústria, com enorme aumento no setor de serviços. Demonstra nossa atrofia do setor financeiro e limitação de crédito.

Parece dispor de *consciência*, pois se democratizou há quase três décadas. Falta-lhe, ainda, produzir conhecimento, ciência e técnica: basicamente segue copiando (...) Onde é que está falhando a *evolução*? Na circulação sanguínea: a alta proporção da dívida externa sobre o PIB demonstra que sem dinheiro externo a economia não se move. (OLIVEIRA, 2003, p.134).

Dessa forma, para financiar crescimento do PIB, precisa se endividar praticamente na mesma proporção. Eis porque no contexto da revolução molecular-digital, que requer tecnologia para produzir ciência e vice-versa (OLIVEIRA, 2003, p.139) e considerando o controle de patentes pelos países do núcleo orgânico do capital, sobra o pessimismo quanto às reformas sem rupturas adotadas pelo governo nascente.

O capitalismo dependente brasileiro, que se sustenta na dependência externa e na segregação social, caminha, inexoravelmente, pela lógica do capital, para o avanço da exploração do trabalho.

Em 2012, enquanto se comemorava a *marolinha* da crise mundial no Brasil e o governo Dilma ia de vento em popa, Sampaio Junior advertia,

A ausência de uma avaliação consubstanciada dos efeitos da crise econômica mundial sobre a economia brasileira não permite que se perceba que, por trás da aparente resiliência do Brasil aos efeitos da crise, existem transformações estruturais de grande envergadura que aprofundam e aceleram o processo de reversão neocolonial.(...) Sem competitividade dinâmica para enfrentar a concorrência dos países desenvolvidos e sem competitividade espúria para disputar mercados com os países da periferia industrializada que recorrem a relações de exploração ainda mais primitivas (China, por exemplo), só resta à burguesia brasileira uma posição ainda mais subalterna na divisão internacional do trabalho. Nesse contexto, antes de um processo sustentável de desenvolvimento, a sociedade brasileira deve esperar novos ataques aos direitos dos trabalhadores e às políticas públicas — única variável de ajuste que resta às burguesias locais para fazer face ao acirramento da concorrência internacional. (SAMPAIO JUNIOR, 2012, p. 684-685).

É nesse contexto, e sem falta de aviso, que surge o ideário neodesenvolvimentista nas discussões palacianas e de círculos acadêmicos limitados e despidos da roupagem crítica da ciência. Tal ideário busca relação com o desenvolvimentismo¹ cepalino, que de alguma forma influenciou

¹ O desenvolvimentismo é um termo vago utilizado para designar o pensamento crítico sobre os dilemas e os desafios do desenvolvimento nacional nas economias latino-americanas enredadas no círculo vicioso da dependência e do subdesenvolvimento. O centro dessa reflexão consiste no esforço de equacionar

certo otimismo sobre as possibilidades de desenvolvimento de um projeto nacional diante das contradições disponíveis pelo desenvolvimento desigual e combinado, permitido pela Segunda Revolução Industrial, a partir de um maior protagonismo dos trabalhadores e de um posicionamento mais autônomo da burguesia nacional.

Contudo, segundo Sampaio Junior,

O desafio do neodesenvolvimentismo consiste, portanto, em conciliar os aspectos “positivos” do neoliberalismo — compromisso incondicional com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de qualquer tipo de discriminação contra o capital internacional — com os aspectos “positivos” do velho desenvolvimentismo — comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado, sensibilidade social.

As vagas formulações dos economistas que disputam a hegemonia do novo desenvolvimentismo partem do suposto de que o crescimento constitui a chave para o enfrentamento das desigualdades sociais. Nessa perspectiva, desenvolvimento e crescimento confundem-se como fenômenos indiferenciados. (SAMPAIO JUNIOR, 2012, p. 679).

Ao buscar igualar crescimento e desenvolvimento em uma equação insolúvel, ignora as condicionantes econômicas que impedem a convivência entre um estado socialmente justo e a competitividade de uma economia globalizada sob o domínio do capital financeiro, que exige taxas de lucros cada vez maiores para manter, mesmo com sobressaltos, seus ganhos especulativos.

os nós que devem ser desatados para que a expansão das forças produtivas possa ser associada à solução dos problemas fundamentais da população. Nessa perspectiva, acumulação de capital, avanço das forças produtivas e integração nacional constituem aspectos indissolúveis de um mesmo problema: criar as bases materiais, sociais e culturais de uma sociedade nacional capaz de controlar o sentido, o ritmo e a intensidade do desenvolvimento capitalista. O desenvolvimentismo foi, portanto, uma arma ideológica das forças econômicas e sociais que, no momento decisivo de cristalização das estruturas da economia e da sociedade burguesa, se batiam pela utopia de um capitalismo domesticado, subordinado aos desígnios da sociedade nacional. (SAMPAIO JUNIOR, 2012, p. 673-674)

O discurso neodesenvolvimentista, apesar de ser um fruto nacional e peculiar, é consonante com uma ideologia que considera uma virtuosidade tecnológica no mundo atual. Segundo Lucia Neves e Marcela Pronko,

[...] o espetacular desenvolvimento tecnológico das últimas décadas e as alterações introduzidas, parcialmente como decorrência do mesmo no mundo do trabalho, levaram, em uma certa visão determinista, a recriar as utopias de uma sociedade capaz de superar as deficiências tanto do capitalismo quanto do comunismo, em uma nova forma social de produção caracterizada pela supremacia do conhecimento. Assim, surgiram diferentes conceituações para definir essa nova sociedade, entre as quais *sociedade pós-capitalista*, *sociedade pós-industrial*, *sociedade em rede*, *sociedade informática*, *sociedade programada*; os termos mais difundidos *sociedade do conhecimento* e *sociedade da informação* se generalizaram tanto na literatura acadêmica quanto na política (NEVES; PRONKO, 2008, p. 146-147).

Portanto, é preciso compreender esses dois primeiros pilares fundamentais da construção do Institutos Federais: o ideário neodesenvolvimentista – que busca conciliar neoliberalismo com justiça social limitada – e uma visão naturalizada de tecnologia, descolada da luta de classes.

Essa visão da tecnologia, presente na concepção dos IFs, está representada na sua lei de criação, nos documentos institucionais de cada IF (Projetos Políticos Institucionais) e permeia a construção curricular.

A transversalidade, entendida como forma de organizar o trabalho didático, no caso da educação tecnológica, diz respeito principalmente ao diálogo educação e tecnologia. A tecnologia é o elemento transversal presente no ensino, na pesquisa e na extensão, configurando-se como uma dimensão que ultrapassa os limites das simples aplicações técnicas e amplia-se aos aspectos socioeconômicos e culturais.

Esta orientação é intrínseca às arquiteturas curriculares que consideram a organização da educação profissional e tecnológica por eixo tecnológico. Isto porque a ênfase é dada às bases tecnológicas e conhecimentos científicos associados a determinados processos, materiais, meios de trabalho etc. (PACHECO, 2010, p. 20).

Parte da cultura humana, a tecnologia é desenvolvida de forma articulada pela ciência sob a base material do trabalho. Como parte da cultura humana, é histórica e fruto de escolhas. Como todo processo de escolhas, é político. Ao ser naturalizada, é desumanizada. Negando-lhe as mazelas dos interesses particulares e de classe que a determinam.

Henrique Novaes recorre à obra de Andrew Feenberg para discutir essa fetichização da tecnologia,

Andrew Feenberg, autor de filiação marxista, utiliza por analogia o conceito de fetiche da tecnologia para nos mostrar que a tecnologia que nos é apresentada como politicamente neutra, eterna, anistórica, sujeita a valores estritamente técnicos e, portanto, não permeada pela luta de classes, é uma construção histórico-social. E, assim como a mercadoria, tende a obscurecer as relações de classe diluindo-as no conteúdo aparentemente não específico da técnica. (NOVAES, 2007, p. 75-76).

O terceiro pilar da construção dos IFs é o fruto das contradições presentes nos dois primeiros. Trata-se de um posicionamento ético-político ainda imaturo, que ainda não determinou uma escolha clara. Trata-se de defesa da democracia e do compromisso social.

De fato, como resultado da luta de classes, mesmo que ocultada na opacidade da política sob a fetichização da mercadoria e da tecnologia, a defesa da democracia e o compromisso social também está presente e disputa as políticas públicas executadas através da Rede Federal de EPCT desde a sua concepção. Também está presente na Lei 11892/2008 e nos documentos institucionais.

Mesmo que de forma contraditória à condução da macropolítica econômica, os governos de base política heterogênea e encabeçados pelo Partido dos Trabalhadores propiciaram algumas políticas públicas que baseavam-se na territorialização das ações dos IFs, articulando-as com movimentos sociais e com pautas da classe trabalhadora do campo e da cidade.

A expansão da Rede Federal de EPCT levou a uma relação dialógica, em muitos casos profícua, entre os *campi* dos IFs e cidades que viam naquela nova edificação um Estado mais próximo. Os espaços desses campus se tornaram equipamentos culturais em localidades que não possuíam acesso às políticas pública e que viam seus filhos e filhas tendo que ir buscar o futuro em outros centros, maiores e com outras tradições culturais.

Dessa forma, existem belos exemplos de interação com a sociedade em uma perspectiva revolucionária (FRIGOTTO, 2010), incluindo *campus* ofertando cursos através da pedagogia da alternância, articulação com programas governamentais para a assistência estudantil (incluindo compra de produtos pelo PAA – Programa de Aquisição de Alimentos para os refeitórios), atividades de extensão e pesquisa vinculadas às necessidades da classe trabalhadora, entre outras.

A existência de verbas específicas para extensão e pesquisa na chamada Matriz CONIF² permitia a disputa de rumos nos IFs, através de Editais. Na grande maioria, um posicionamento contra-hegemônico priorizava o financiamento de ações articuladas com educação do campo, economia solidária, cultura, formação de trabalhadores das demais redes públicas de ensino, combate ao preconceito e educação inclusiva.

Uma mudança de rumos começou a ocorrer ainda durante o primeiro mandato de Dilma Rouseff, na gestão de Aloísio Mercadante no Ministério da Educação.

O problema maior que vislumbramos é a mudança de rumos da formação profissional e tecnológica, priorizando, a partir de 2011, com a criação do PRONATEC, uma tendência regressiva para formação do trabalho simples. Tendência que era fortemente seguida pelo bloco de poder que governou o país na década de 1990 sob o ideário ferrenho das concepções e políticas neoliberais. Bloco que, se se consumar o golpe jurídico-parlamentar-midiático em curso, terá apenas o papel de radicalizar essa regressão.

² A Matriz CONIF é uma construção do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a partir de seus fóruns. Baseia-se no número de matrículas, custo-aluno de cada tipo de curso ofertado e em necessidades dos *campi* de acordo com sua fase de implantação/funcionamento. Até o golpe de 2016 era utilizada pelo governo federal para a distribuição das verbas orçamentárias.

Cabe registrar, todavia, os pontos positivos desta macropolítica educacional pública, cujas lacunas e desafios superam, de longe, os negativos. A interiorização é, sem dúvida, um marco que altera o mapa da educação federal pública no Brasil. A oportunidade de milhares de jovens terem acesso aos IFs, nas diferentes modalidades e níveis de ensino, num país que sempre se negou à maioria, aos filhos dos trabalhadores, o direito à educação básica de nível médio, é em si um ganho extraordinário. (FRIGOTTO, 2018, p. 14).

Essa mudança de rumo é fruto dos limites do discurso neodesenvolvimentista e da visão naturalizada e ingênua da tecnologia já discutidos. Com o golpe, como previu Frigotto, radicalizou-se a regressão, através da Contrarreforma do Ensino Médio, Nova BNCC, Novas Diretrizes Nacionais Gerais da Educação Profissional e Tecnológica e os sucessivos cortes orçamentários.

GOLPE DE 2016 E RADICALIZAÇÃO NEOLIBERAL

A partir do golpe de Estado institucional que depôs a presidente Dilma Rousseff em 2016, os setores mais tradicionais das classes dominantes retomaram o protagonismo político no Brasil, que na verdade, só havia sido limitado em parte no período anterior, acelerando a retomada de uma agenda neoliberal, associada a políticas conservadoras, trazendo à tona visões de mundo discriminatórias, que naturalizam as desigualdades sociais e a educação voltada para atender os interesses do capital, o que teve efeitos relevantes na realidade dos IFs.

O próprio caráter do golpe e sua composição de classe, auxilia a entender as alterações sociais que ocorreram. Para Armando Boito Jr. um dos motivos fundamentais para o golpe foi o conflito distributivo, uma disputa pela apropriação da riqueza, que envolve diversas classes sociais e suas frações:

O pesado ajuste fiscal para assegurar ao capital rentista o pagamento dos juros da dívida pública, a abertura e a privatização da economia brasileira para atender ao capital internacional e os cortes de direitos

trabalhistas e sociais são os principais objetivos do governo interino e, correlatamente, o principal motivo da mobilização contra o golpe de Estado institucional. (BOITO JUNIOR, 2016, p. 25).

Ainda segundo o autor isso fez parte de uma “ofensiva neoliberal restauradora”, possível a partir do ingresso da alta classe média como ator político contra o governo constituído, e a deserção da burguesia que atuava internamente³ em apoio ao suposto neodesenvolvimentismo, deserção também analisada por André Singer (2018). O caso emblemático é o da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), que, de apoiadora dos governos petistas, tornou-se a vanguarda do golpe (BOITO JUNIOR, 2016, p. 27-28).

Partindo dessas bases, o governo de Michel Temer promoveu uma série de ataques orquestrados contra os serviços públicos e políticas de caráter distributivista. Sem muitos empecilhos, cortou recursos de programas sociais, educação, saúde pública, promulgou a Emenda Constitucional 95 que congelou o teto de investimentos estatais por 20 anos, a Reforma Trabalhista pensada sob medida para agradar os grandes empresários, Reforma da Previdência, com a manutenção de uma parcela de aproximadamente 50% do orçamento para pagar juros da dívida pública beneficiando o mercado financeiro com juros altos, entre outras medidas. Na área educacional iniciativas como a Reforma do Ensino Médio, a BNCC, o MedioTec e os cortes de recursos, entre eles os da Rede Federal EPCT, foram ações sob medida para agradar os setores empresariais que apoiaram o golpe, aprofundando a dualidade estrutural da educação brasileira.

O governo Bolsonaro não muda a orientação de desmonte e giro do Estado brasileiro para o atendimento aos interesses privados, mas ainda pior, faz avançar as pautas da burguesia a partir de um governo autoritário dirigido por setores neofascistas como demonstram Michael Löwy (2019), Armando Boito Jr. (2019) e Marcelo Badaró Mattos (2020). Reeditando assim uma dobradinha histórica entre autoritarismo e neoliberalismo, inaugurada na América do Sul durante a ditadura civil-

³ Não trata-se de uma “burguesia nacional”.

militar chilena, na qual ironicamente um dos participantes era Paulo Guedes, atual ministro de Bolsonaro.

Governo composto principalmente por empresários, militares e políticos tradicionais, como o próprio presidente, mas que contaram com apoio popular, principalmente baseado na ideologia do antipetismo. Seus principais dirigentes se caracterizam pela apologia à violência com discurso de ódio contra tudo que identificam como “esquerdas”, o que para o neofascismo, abrange um grande espectro, indo desde as esquerdas de fato, à centro-esquerda e até a direita, de quem o neofascismo se aproxima ideologicamente em vários aspectos.

Entre as esquerdas propagadoras de um suposto “marxismo cultural” e que, segundo a ótica bolsonarista, são tratadas como inimigos, podemos encontrar professores(as), cientistas, ambientalistas, mulheres, negros, quilombolas, movimentos contra o racismo, LGBTfobia, discriminações de gênero, movimentos em defesa do meio ambiente, educação, minorias, ou ainda quaisquer posições que antagonizem com o governo. Há uma necessidade permanente de construção de inimigos a serem aniquilados, em defesa de uma suposta sociedade sem “divisões” e de um patriotismo, no caso brasileiro muito duvidoso, pois muito subordinado a interesses de grandes corporações estrangeiras.

Destaca-se, também, a defesa da ditadura civil-militar e da tortura, junto a uma maior militarização do governo. Com isso, empreende-se uma busca permanente para a construção de justificativas para o uso indiscriminado da violência estatal contra os pobres e opositores em geral, e do exercício de uma “justiça privada” a partir da ampliação do armamentismo e da cada vez mais naturalizada formação de milícias, tudo isso em defesa de uma suposta sociedade formada por “cidadãos de bem”, “fichas limpa”.

O que temos visto, portanto, é que governos formados por grupos com um viés neoliberal e neofascista em aliança, não são contraditórios, pelo contrário, há indícios que setores do mercado e das elites suportam o autoritarismo exatamente devido a implementação do receituário

neoliberal. Portanto o golpe de 2016, inaugurou um período de radicalização neoliberal que ainda está em andamento, independente do governo.

Este movimento não é uma peculiaridade brasileira. Pierre Dardot e Christian Laval, ao analisarem o neoliberalismo em sua ação global na atualidade, afirmam que

Não há dúvida de que é uma guerra sendo travada pelos grupos oligárquicos, na qual se misturam de forma específica, a cada ocasião, os interesses da alta administração, dos oligopólios privados, dos economistas e das mídias (sem mencionar o Exército e a Igreja). Mas essa guerra visa não apenas a mudar a economia para ‘purificá-la’ das más ingerências públicas, como também a transformar profundamente a própria sociedade, impondo-lhe a fórceps a lei tão pouco natural da concorrência e o modelo da empresa. Para isso, é preciso enfraquecer as instituições e os direitos que o movimento operário conseguiu implantar a partir do fim do século XIX, o que pressupõe uma guerra longa, contínua e muitas vezes silenciosa, qualquer que seja a amplitude do ‘choque’ que sirva de pretexto para determinada ofensiva. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 20-21).

A educação pública é, então, mais um elemento a ser atacado pelas ações de “neoliberalização”, na expressão de David Harvey (2008), que buscam romper fronteiras transformando tudo que puderem em mercadoria, a exemplo de segmentos educacionais que possam ser lucrativos. Ao mesmo tempo, como demonstra Vera Peroni (2015), Roger Dale (2004) e Michael Apple (2001), as novas faces neoliberais, ao pregarem Estado mínimo, não necessariamente estão tratando de privatização de serviços como a educação pública, mas sim buscando se apropriar do Estado por lógicas privadas, financiada com dinheiro público para servir aos interesses empresariais.

De forma mais ampliada, buscando entender o que significa essa radicalização neoliberal para as sociedades em que isso ocorre, Dardot e Laval (2016, p.7), defendem que o neoliberalismo conformou o que seria

uma nova “razão”, pois “não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida”.

A “razão neoliberal”, diferente de teorias liberais clássicas que poderiam pressupor um estado natural de livre concorrência sem intervenção estatal, é uma “realidade construída” com a intervenção do Estado e com a existência de um sistema de direito específico. Longe do que se pode pressupor a partir da narrativa dos defensores do neoliberalismo, o Estado tem papel ativo em instaurar uma “ordem-quadro” que coloque como centro da política as necessidades do mercado e a lógica da concorrência. O Estado também não é mero expectador, ficando à parte das regras da ordem-quadro, uma vez que “é obrigado a ver a si mesmo como empresa, tanto em seu funcionamento interno como em sua relação com outros Estados. Assim, o Estado, ao qual compete construir o mercado, tem ao mesmo tempo que construir-se de acordo com as normas do mercado” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 377-378). Pode-se deduzir, então, que diferente do “Estado mínimo” para investimentos em políticas sociais, o Estado neoliberal deve ser máximo para auxiliar o mercado na imposição de sua razão ao conjunto da sociedade.

As normas de mercado e da concorrência se universalizam no neoliberalismo, que, além de estabelecerem a razão de funcionamento das empresas e do Estado, também transbordam para as condutas sociais e para os indivíduos. Há a construção de uma naturalização das lógicas de mercado, do consumo, da concorrência e da busca incessante de acumulação (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 378).

A hegemonia destas ideias corrói profundamente as posições políticas que defendem uma sociedade mais igualitária, em que todos tenham acesso às mesmas condições, colocando na defensiva ideias mínimas de justiça social e cidadania para todos(as), ou até mesmo de solidariedade e cooperação, pois o “natural” é a concorrência, com a meritocracia como justificativa para explicar por que alguns conseguem ser bem sucedidos e outros não. A responsabilidade pelo fracasso passa a ser exclusividade do indivíduo.

Essa “razão-mundo” neoliberal, naturalizada, e que não opera só no âmbito da economia e dos governos, mas também no social e cultural, tem tido forte impacto na ação estatal, nas políticas educacionais e no cotidiano das escolas. Por um lado, influencia estudantes e servidores(as) a partir do culto ao consumismo, individualismo, concorrência, meritocracia, entre outros. Por outro lado, dificulta a implementação de políticas educacionais que contraponham a “razão neoliberal”, pois é muito difícil romper com lógicas de funcionamento da sociedade que estão naturalizadas, apesar de, cada vez mais, as contradições sociais demonstrarem os seus limites. A ideia de que é muito difícil mudar o que está acontecendo é muito forte. Quanto a isso, Dardot e Laval comentam que

[...] é mais fácil fugir de uma prisão do que sair de uma racionalidade, porque isso significa livrar-se de um sistema de normas instaurado por meio de todo um trabalho de interiorização. Isso vale em particular para a racionalidade neoliberal, na medida em que esta tende a trancar o sujeito na pequena ‘jaula de aço’ que ele próprio construiu para si. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 396).

Diante de tamanha alteração de conjuntura os IFs não passaram incólumes, pois de certa forma as mudanças políticas são contraditórias com a origem desta política pública, baseada na ideia de aprofundamento da democracia e da justiça social, a partir da ampliação do acesso à educação pública de altíssima qualidade, para aqueles que sempre estiveram excluídos das melhores escolas e universidades. Lembrando que ideias contra-hegemônicas tiveram alguma influência na constituição dos IFs, apesar das contradições já expostas.

Essas mudanças conjunturais alteraram inclusive o campo de disputas no interior dos IFs, fato notado a partir da comparação das duas pesquisas que deram origem a este texto, que captaram movimentos diferentes a partir de metodologia e referencial teórico semelhantes. Isso reforça a ideia de que as escolas não são “ilhas” imunes aos movimentos da sociedade, reafirmando a importância dos trabalhadores em educação disputarem os rumos da sociedade como um todo.

A MUDANÇA DE CONJUNTURA E AS DISPUTAS INTERNAS PELOS RUMOS POLÍTICO-EDUCACIONAIS DOS IFs

No ano 2014, Manoel Porto Júnior, em sua tese de doutorado “O ensino médio integrado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense: perspectivas contra-hegemônicas num campo em disputas”, teve como tema principal as disputas no interior da instituição em torno da concepção dos cursos técnicos integrados ao ensino médio.

Fez crítica ao modelo desenvolvimentista-modernizante, demonstrando o quanto este modelo seguia reproduzindo as relações de classe e as desigualdades sociais histórica brasileiras, apesar de um maior investimento público em setores como a educação, o que se refletiu na própria criação dos IFs. Também analisou as alterações no mundo do trabalho e o aumento do trabalho abstrato, em uma política econômica de um governo que garantia a reprodução do capital, sobretudo o financeiro.

No entanto, entendeu que diante das condições de acesso aos bens materiais e imateriais por partes mais amplas da população, ocorriam novas formas de sociabilidade e entendimentos sobre as relações entre política, economia e formação humana, o que abria contradições e espaços para disputas pelos rumos do campo educacional.

E nesse sentido, o ensino médio integrado é entendido como uma modalidade de ensino com potencial contra-hegemônico, pois é uma possibilidade de travessia para a educação integral ou omnilateral.

Mais que isso, tal formação técnica, mesmo nos limites em que é desenvolvida até os dias de hoje, tem se mostrado mais eficaz do que o ensino médio propedêutico, sobretudo em uma sociedade tecnológica – fruto da articulação entre a ciência e a cultura e suas articulações com as várias formas de trabalho humano.

Sendo assim, a proposta de ensino médio integrado, capaz de se traduzir na almejada travessia, com todos os seus percalços e limites, propicia a ampliação das contradições do modo de produção capitalista e potencializa a sua superação. Para tanto, deve estar sustentada em três pilares: o trabalho, a ciência e a cultura,

sendo a tecnologia uma consequência dessa articulação presente no currículo. Ainda, deve ter o trabalho como princípio educativo e a pesquisa socialmente referenciada (vinculada com a extensão) como princípio pedagógico. (PORTO JÚNIOR, 2014, p. 176).⁴

Ao analisar as entrevistas que realizou entendeu que havia uma ascensão de posições contra-hegemônicas no IFSul, em que o ensino médio integrado era admitido como o “carro-chefe” da instituição, mesmo após um período político de “clara hegemonia neoliberal”, em que essa modalidade foi deixada de lado pelo decreto 2.208/97.

Com relação às mudanças no mundo do trabalho, verificou que os entrevistados entendiam as novas necessidades mais complexas do próprio capital, que vão além das habilitações estreitas, abrindo a contradição da necessidade de formação de trabalhadores polivalentes, o que pode ser transformado em formação integral nos IFs e portanto contra-hegemônica.

As entrevistas também apontaram para a necessidade de maior autonomia dos trabalhadores em relação aos empregadores, e para uma interação com o mundo do trabalho menos subserviente aos interesses do mercado. Também foi significativo o número de posicionamentos que afirmaram a necessidade de superação de uma dualidade entre servir o “mercado” e “preparar para a vida”, que era um dos principais elementos nas disputas à época da clara hegemonia neoliberal.

No final da tese, uma das afirmações mais relevantes foi a de que

É interessante que o discurso contra-hegemônico favorável à concepção politécnica se espalhou de tal forma, que são poucos os redutos claramente conservadores e neoliberais. Vale salientar que, na década de 1990, na mesma instituição, eram poucos os redutos em que existiam vozes dissonantes em relação à política imposta pelo bloco hegemônico, tendo sido o então CEFET-RS um exemplo de implantação da Contra-reforma da Educação Profissional. (PORTO JÚNIOR, 2014, p.179).

⁴ Em um texto de 2019, intitulado *As dimensões da vida humana na proposta de Ensino Médio Integrado: as armadilhas da tecnologia e da inovação*, Porto Júnior, Ramos e Loponte aprofundam esse debate crítico a respeito da tecnologia no currículo do EMI.

Trecho que demonstra, que em 2014, apesar das limitações do governo de então, da condução da própria estruturação da Rede Federal EPCT e das disputas pelos rumos da educação profissional que se construía nos IFs, as posições neoliberais estavam em baixa e a educação com referência na politecnia e em posições contra-hegemônicas possuía espaço de destaque, a se julgar inclusive pelo perfil dos entrevistados para a pesquisa, em boa parte dirigentes do IFSul ou no mínimo em seus *campi*.

Já a tese de Mário San Segundo, intitulada “Os sentidos do trabalho na educação profissional: um estudo a partir do IFRS”, foi escrita em outro momento. Finalizada em meio à pandemia de COVID-19 já em 2021, com pesquisa realizada principalmente em 2018 e 2019, captou a Rede Federal EPCT no momento pós golpe de 2016 em meio à radicalização neoliberal do governo Temer e do avanço autoritário promovido por Bolsonaro. Os ataques à educação pública, a perseguição e criminalização dos(as) educadores(as) e os cortes de verbas, passaram a ser o cotidiano neste período.

San Segundo focou nas relações entre trabalho e educação com objetivo principal de discutir como os sentidos atribuídos ao trabalho humano, por parte dos educadores, repercutem na educação profissional desenvolvida nos IFs. A pesquisa foi realizada a partir da análise de documentos institucionais do IFRS e de entrevistas de dirigentes de ensino dos cinco *campi* do IFRS, situados na região metropolitana de Porto Alegre.

Buscou situar a existência dos IFs nas diferentes conjunturas pelas quais a instituição passou desde sua formulação. Abordou o contexto internacional de neoliberalismo e de mercantilização da educação a partir das políticas de modernização conservadora, bem como os governos brasileiros e suas ações em relação à educação profissional e alguns elementos do debate que deram origem aos IFs.

Percebeu que as orientações institucionais do IFRS defendem uma educação profissional impulsionada pela articulação entre trabalho, cultura, ciência e tecnologia, contra-hegemônica, comprometida com a transformação humana, não subordinada ao mercado de trabalho, com o

mundo do trabalho em suas múltiplas dimensões e o trabalhador, postos no centro das discussões.

Os documentos também trazem conceitos relevantes que apontam para o trabalho como princípio educativo, educação integral, omnilateral, que supere a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, politécnica, reflexiva, crítica, política, a partir de uma compreensão histórico-cultural do trabalho, das ciências, das atividades produtivas, da literatura, das artes, do esporte e do lazer, sem dicotomias entre conhecimentos gerais e específicos. Ou seja, no geral os documentos institucionais do IFRS, no que se referem às relações entre trabalho e educação, trazem um pacote de orientações contra-hegemônicas muito nítidas.

Apesar disso, a hipótese da qual parte a pesquisa era a de que conhecimentos sobre a categoria trabalho e seus sentidos para a educação profissional são, em boa parte, negligenciadas no contexto da implementação da educação profissional nos *campi* IFRS, em boa parte devido à falta de formação teórica dos(as) educadores(as) sobre as relações entre trabalho e educação, ou até sobre outros conceitos básicos de educação profissional e seus fundamentos. Hipótese bastante influenciada pela pesquisa de Porto Júnior.

San Segundo acaba concluindo que as políticas de educação profissional contra-hegemônicas que estão nas resoluções do IFRS, defendida e implementada por parte dos seus(suas) educadores(as), encontram-se em franca disputa, com um oposição formada por um grupo de educadores(as) do próprio IF que defendem, ou acabam por reproduzir, posições político-pedagógicas nas quais o sentido do trabalho é entendido enquanto mercadoria e a educação profissional como insumo que agrega valor para inserção dos estudantes no mercado de trabalho. Lógicas muito ligadas à razão neoliberal. Tais posições têm repercussões práticas pois subordinam a educação profissional às lógicas de mercado, alterando as relações da instituição com o mundo do trabalho, a formação dos(as) estudantes e as ações de ensino, pesquisa e extensão, também chocando-se frontalmente com a educação profissional em sua perspectiva politécnica.

Diferente do que encontrou Porto Júnior, San Segundo não pode afirmar que posições neoliberais estão em poucos redutos e as posições de orientação politécnica em ascensão. Pelo contrário, os espaços estão bastante ocupados pelas lógicas de mercado da razão neoliberal, da qual nos fala Dardot e Laval (2016), induzindo uma educação profissional subordinada, reprodutora da sociedade de classes.

Durante o processo de finalização da tese de San Segundo e principalmente durante sua banca de defesa, na qual Porto Júnior foi um dos avaliadores, foi inevitável a reflexão de como se chegou a duas percepções tão diferentes, já que tratam-se de duas teses com referenciais teóricos e metodológicos semelhantes, que analisam dois IFs geograficamente com *campi* na mesma região, com sujeitos de pesquisas também muito próximos? De certa forma, foi dessa curiosidade que partimos para escrever este texto.

Percebemos que um dos principais movimentos dos objetos estudados, se refere às diferenças consideráveis entre as orientações institucionais sobre as relações entre trabalho e educação e a implementação destas orientações nos *campi* dos IFs, por parte dos servidores. San Segundo percebeu a existência de contradições e de dificuldades de implementação na prática das orientações institucionais contra-hegemônicas do IFRS, e encontrou na pesquisa três elementos principais para interpretar esta situação.

O primeiro seria o desconhecimento, de alguns conceitos da educação profissional, por parte dos(as) servidores(as) que atuam nos IFs. Essa era a primeira hipótese de Porto Júnior, depois reformulada⁵, que afirma que faltava aos “sujeitos envolvidos com a educação profissional dos Institutos Federais uma base teórica que lhes permitissem realizar escolhas de cunho ético-político em favor da classe trabalhadora, as quais levariam, conseqüentemente, ao ensino médio integrado” (PORTO JÚNIOR, 2014, p. 14).

⁵ Segundo o autor, reformulada a hipótese, passou “a incorporar o papel do discurso hegemônico no consentimento ativo dos sujeitos às políticas públicas para a Educação Profissional. Dessa forma, a experiência dos educadores passou a ser central no debate e isso determinou minha escolha pela análise das disputas que se dão no interior do Instituto. (PORTO JÚNIOR, 2014, p. 15).

Assegura, que apesar da preocupação com a qualidade do ensino demonstrada pelos(as) entrevistados(as), a falta de debates pedagógicos embasados em referenciais teóricos favorece a consolidação do discurso hegemônico, pois as contradições do próprio capitalismo trariam à tona debates que eram sufocados na década de 1990. Em virtude disso, os avanços do discurso contra-hegemônico eram represados exatamente pela falta de discussões de uma pedagogia para a travessia no interior dos institutos (PORTO JÚNIOR, 2014, p. 170). Em outro trecho afirma que “um importante entrave é a falta de um embasamento teórico-pedagógico no campo da relação do trabalho com a educação entre os professores de maneiras geral, tanto os novos como os antigos” (PORTO JÚNIOR, 2014, p. 178).

A partir dessas análises, entendemos nas pesquisas, em um primeiro momento, que lógicas alheias à educação politécnica crescem exatamente no espaço da falta de formação, espaços de discussão ou informação sobre o assunto. E, neste caso, mais formação e espaços de discussão organizada sobre o tema, com os conteúdos que superem o senso comum, adequadamente selecionados, auxiliariam na sensibilização dos(as) educadores(as) e no avanço das concepções de educação profissional politécnica, uma vez que as contradições da sociedade capitalista são imensas e perfeitamente identificáveis.

O segundo elemento são as contradições com o próprio tempo histórico no qual vivemos. Estamos em uma sociedade capitalista, na qual as lógicas de mercado, a “racionalidade mercantil”, e a “razão neoliberal” (DARDOT; LAVAL, 2016) são hegemônicas, impondo mediações aos indivíduos. O trabalho visto na educação para além do mercado de trabalho acaba se chocando com a “razão neoliberal” e, conseqüentemente, entra em contradições com a própria experiência de vida dos(as) educadores(as), responsáveis por implementar as políticas contra-hegemônicas. Por isso, apesar da elaboração teórica nas resoluções, e até da boa formação sobre o tema, por parte de muitos educadores(as) que atuam nos IFs, as mediações das práticas cotidianas se impõem, fazendo com que o olhar contra-hegemônico do mundo do trabalho ou educação profissional, por vezes não encontre as condições propícias para sua implementação.

Isso fica muito nítido, por exemplo, quando analisamos a percepção dos entrevistados sobre o “perfil de egressos”. Porto Júnior alega ter sido o ponto onde encontrou as posturas mais conservadoras em sua pesquisa:

Percebi que o espaço onde o discurso neoliberal é mais potente no interior do IFSul é no que se refere à vinculação da formação técnica com a definição do futuro do egresso no mundo do trabalho. Os principais argumentos são econômicos. De um lado a questão de justificar o investimento do Estado na formação de qualidade do técnico. Se o egresso optar por outra profissão a partir de uma formação de nível superior em outra área, ou simplesmente por encontrar uma ocupação não imediatamente ligada à habilitação adquirida, teríamos fracassado. De outro lado, a crença de que o ambiente formativo, sobretudo os institutos, são os responsáveis pela solução dos problemas do país, fonte de um saber prático, de uma pesquisa aplicada e de uma extensão tecnológica capaz de garantir o passaporte para o paraíso do capital. (PORTO JÚNIOR, 2014, p. 180).

Porto Júnior percebeu, que elementos do discurso neoliberal tinham penetração inclusive entre educadores(as) críticos ao capital, mas que não conseguiam fugir a algumas lógicas da educação profissional vinculada ao mercado, ao invés de uma perspectiva de formação técnica como travessia necessária.

No entanto, San Segundo encontrou em sua pesquisa um terceiro elemento ao avaliar o objeto mais aprofundadamente a partir da categoria de luta de classes. Percebeu a intensificação de uma disputa pelos rumos da educação profissional e IFs, na qual uma de suas expressões é a não implementação das políticas previstas pelo IFRS no que se refere às relações da educação profissional com o mundo do trabalho.

Este embate está intenso no contexto da prática cotidiana e nas mediações da implementação das políticas, de modo que a pesquisa detectou muitos exemplos da existência de educadores(as) que fazem uma opção de classe, voltando-se conscientemente para o atendimento das lógicas de mercado, para políticas que reproduzem as desigualdades, apesar

destes educadores(as) também pertencerem a classe-que-vive-do-trabalho, pois são tão assalariados quanto os estudantes que atendem. Também não se ignora os(as) indiferentes que, via de regra, auxiliam na reprodução das desigualdades e da dominação de classe.

E diante dessa situação, não seria mais formação e espaços de discussão que resolveria o embate a favor de posições contra-hegemônicas, pois há inclusive um certo desrespeito às elaborações político pedagógicas que constituíram a Rede Federal EPCT e que se reproduzem nas resoluções institucionais, democraticamente elaboradas pelo IFRS.

Portanto é perceptível, que San Segundo, encontrou um ambiente político institucional mais conflagrado do que Porto Júnior, no qual a ascensão é das posições que associam a educação profissional ao mercado e ao neoliberalismo. No qual os núcleos nitidamente contra-hegemônicos têm menos força política.

As duas teses, apesar de terem apenas sete anos de diferença, tratam de momentos distintos da correlação de forças na luta de classes. A tese de San Segundo aborda de forma mais crítica posicionamentos vistos, no momento anterior, como potencialmente contra-hegemônicos, em um período de maiores possibilidades de circulação de ideias em uma perspectiva igualitária, no qual posições mais conservadoras não eram tão expostas. Em decorrência disso, as disputas em torno de uma educação politécnica possuíam maior aceitação, diante de uma perspectiva de sociedade que entendia o combate às desigualdades sociais como um horizonte a ser buscado, mesmo que de forma limitada, sob o ideário neodesenvolvimentista.

Já o período no qual San Segundo realizou a pesquisa e concluiu sua tese, é o de confronto aberto de projetos de sociedade, no qual propostas reprodutoras de desigualdades sociais passaram a ser expostas abertamente e com algum apoio de parcelas significativas da sociedade, principalmente a partir da radicalização neoliberal aberta a partir do golpe institucional de 2016 e do avanço inclusive de setores neofascistas, como se viu, organizados no bloco que sustenta o governo Bolsonaro. Houve um acirramento da

luta de classes na sociedade brasileira, o que impactou no cotidiano dos IFs e acabou por transparecer, com mais evidências, nas entrevistas realizadas por San Segundo, do que nas realizadas por Porto Júnior.

CONSIDERAÇÕES

No decorrer deste trabalho, procuramos demonstrar como a Rede Federal de EPCT e os Institutos Federais foram constituídos em consonância com um discurso neodesenvolvimentista, caracterizado por colocar a vontade acima das possibilidades reais de construir políticas públicas nos limites da macroeconomia neoliberal. Para tanto, partiu da experiência histórica das escolas construídas a partir do início do século XX, expandindo, interiorizando e ampliando os objetivos das antigas Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais.

A heterodoxia do pensamento que procura uma terceira via entre o capitalismo neoliberal e o comunismo, apesar de atentar contra a realidade que impõe uma superexploração da mão-de-obra e um posicionamento subjugado e colonialista para a periferia capitalista, permitia, pelo empenho profissional e militante dos sujeitos sociais envolvidos nos territórios de atuação do IFs, a construção de alternativas em uma perspectiva revolucionária, extrapolando os limites do pensamento neodesenvolvimentista.

Ainda sob o governo Dilma Roussef, na gestão de Mercadante no Ministério da Educação, vimos o avanço de propostas vinculadas a uma visão naturalizada de tecnologia, condizente com os limites do discurso neodesenvolvimentista, voltada para o mercado e para o empreendedorismo individual. Dessa forma, vimos a expansão da oferta de formação integral ser substituída pelo PRONATEC e seu financiamento público para formas aligeiradas de formação parcial, no mais das vezes ofertadas pelas instituições privadas e/ou empresariais, como o Sistema S.

É nesse contexto que ganha espaço na Rede Federal de EPCT o discurso da inovação e da submissão aos interesses do capital. São criados

editais específicos para atendimento das demandas mercadológicas, enquanto a Lei da Inovação abre o caminho para o uso privado das estruturas e pessoal das instituições públicas de educação para fins particulares.

O golpe de 2016 acelera a opção pelo capital e desmobiliza as ações de políticas públicas contra-hegemônicas executadas através dos Institutos Federais, seja pelo desmanche de programas sociais, como o PRONERA, seja pelo estrangulamento orçamentário. Os Editais, implantados a partir da velha prática do “balcão” no Ministério da Educação, priorizam a inovação sob a ótica do capital.

A rápida capitulação de expressivo contingente da Rede Federal de EPCT à nova onda neoliberal mais ortodoxa foi demonstração inequívoca de continuidades em relação ao que ocorria no governo anterior. Tal movimento, tão brusco para ser novo, foi captado nas entrevistas analisadas na tese de PORTO JÚNIOR (2014) e desnudados no trabalho de SAN SEGUNDO (2021).

A disputa de classes está presente nas instituições desde sempre. O momento da Lei de Criação dos IFs representou uma correlação de forças mais favorável às transformações sociais na perspectiva de atendimento das demandas da classe trabalhadora. Disso decorre as perspectivas contra-hegemônicas do período, construídas menos pela formação teórica que pela experiência de vida dos trabalhadores e trabalhadoras envolvidos(as).

A falta de uma base teórica consistente, articulada com a realidade macroeconômica nacional e mundial, necessariamente discutida e construída em conjunto nas comunidades acadêmicas que compõem a Rede Federal de EPCT, influenciou na mudança de rumo dos Institutos Federais que, nesse momento, veem avançar em suas ações a hegemonia do capital.

Portanto, a tarefa dos sujeitos que lutam por uma sociedade socialista é de resistência à ofensiva neoliberal. Para tanto, enquanto não se constrói uma outra possibilidade histórica de verdadeira superação da sociedade cindida em classes, devemos buscar formas de atuar em conjunto com movimentos sociais do campo e da cidade.

Sendo impossível esperar do Estado neoliberal ortodoxo o financiamento de políticas públicas que atuem para a transformação social da sociedade e reconhecendo a provisoriade de ações governamentais ligadas a discursos que procuram aliar capitalismo neoliberal à justiça social, devemos construir, na disputa de rumos em cada *campus*, em articulação com a sociedade civil, as formas de desenvolver nossas ações de pesquisa ensino e extensão.

REFERÊNCIAS

- APPLE, M. **Política, cultura y educación**. Madrid: Ediciones Morata, 2001.
- BOITO JUNIOR, A. Os atores e o enredo da crise política. *In*: JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. (org.). **Por que gritamos Golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 23-30.
- BOITO JUNIOR, A. A terra é redonda e o governo Bolsonaro é fascista. **A Terra é Redonda**, 17 out. 2019. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-terra-e-redonda-e-o-governo-bolsonaro-e-fascista>. Acesso em: 15 jun. 2020.
- DALE, R. El marketing de mercado educacional y la polarización de la educación. *In*: GENTILI, P. (org.) **Pedagogía de la exclusión**. Crítica al neoliberalismo en educación. México: Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2004. p. 203-250.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FRIGOTTO, G. Exclusão e/ou desigualdade social?: questões teóricas e político-práticas. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 37, p. 417-442, set./dez. 2010.
- FRIGOTTO, G. (org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UERJ: LPP, 2018.
- HARVEY, D. O Estado neoliberal. *In*: HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008. p. 75-96.
- LÖWY, M. Neofascismo: um fenômeno planetário: o caso Bolsonaro. **A Terra é Redonda**, 24 out. 2019. Disponível em <https://aterraeredonda.com.br/neofascismo-um-fenomeno-planetario-o-caso-bolsonaro>. Acesso em: 16 jun. 2020.
- MATTOS, M. B. **Governo Bolsonaro, neofascismo e autocracia burguesa no Brasil**. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

- NEVES, L. M. W.; PRONKO, M. A. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado**: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2008.
- NOVAES, H. T. **O fetiche da tecnologia**: a experiência das fábricas recuperadas. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PACHECO, E.. **Os institutos federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Natal: IFRN, 2010.
- PERONI, V. M. V. Implicações da relação público-privado para a democratização da educação no Brasil. In: PERONI, V. M. V. (org.). **Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação**. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 15-34.
- PORTO JÚNIOR, M. J. **O ensino médio integrado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense**: perspectivas contra-hegemônicas num campo em disputas. 2014. 191 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- PORTO JÚNIOR, M. J.; RAMOS, M. N.; LOPONTE, L. N. As dimensões da vida humana na proposta de Ensino Médio Integrado: as armadilhas da tecnologia e da inovação. In: TOMAZZELA, Marlon. **Educação, Cultura e Sociedade**. João Pessoa: IFPB, 2019. p. 106-142. (Série Reflexões na Educação).
- SAMPAIO JUNIOR, P. de A. Desenvolvimentismo e Neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.
- SAN SEGUNDO, M. A. C. **Os sentidos do trabalho na educação profissional**: um estudo a partir do IFRS. 2021. 241f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.
- SINGER, A. **O lulismo em crise**: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.